infecções, e nos seguintes termos:

Recomendar:

Que as Secretarias: Estadual e Municipais de Saúde tomem as providências necessárias para o abastecimento imediato de equipamentos de proteção individual (EPIs) nos hospitais, postos de saúde e demais locais que possuem elevado risco de contaminação não só pelo coronavírus, mas pelas demais infecções.

Que seja garantido aos Trabalhadores de Saúde que estarão na linha de frente, atendendo aos usuários e realizando procedimentos em pacientes com o COVID 19, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI (Máscaras Nº 95, Álcool 70%, Álcool Gel, Luvas...);

Que garanta a manutenção dos serviços e os materiais necessários para limpeza e assepsia das Unidades de atendimento;

Que orientem e informem todas as Equipes de Saúde sobre os fluxos de atendimentos e os protocolos que devem ser adotados em cada ponto de atendimento;

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARIA EUNICE CARVALHO DE MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Homologo a Resolução CES/PA Nº 008 de 22 de setembro de 2020.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM EXERCÍCIO

RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 009 DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº. 7.264, de 24 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 31.406, de 27 de Abril de 2009, e pelo Decreto de 05 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial Nº 34.302 de 06 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO que nos termos do inciso II do Art. 9º da Lei Nº 7.264, de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo titular da Secretaria de Estado da Saúde Pública; CONSIDERANDO a decisão da maioria dos membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício nº 031/2020 do CES/PA de 23 de março de 2020, o qual deliberou que as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, bem como as atividades das Comissões Permanentes e Temporárias do CES/PA ficarão suspensas pelo período indeterminado até que se restabeleçam as atividades a nível nacional e estadual determinadas oficialmente, por conta da Pandemia de Coronavírus. E dessa forma, não permitiu que o pleno do CES em reunião programada para o dia 24 de março de 2020 julgasse o recurso impetrado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT a qual solicita ao pleno do CES anulação da etapa regional do Processo Eleitoral do CES que elegeu as Entidades para compor o CES para o biênio 2020/2022 no dia 07 de fevereiro de 2020 e a não apreciação do recurso pela entidade CUT inviabilizou com que a Comissão Eleitoral do CES/PA finalizasse o processo eleitoral.

CONSIDERANDO a Resolução CES/PA Nº 002, de 01 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 34.167, de 02 de abril de 2020, "Ad referendum", que tratou do indeferimento do recurso impetrado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT contra o processo eleitoral do CES/PA RESOLVE:

1. Referendar a Resolução CES/PA Nº 002, de 01 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 34.167, de 02 de abril de 2020, "Ad referendum", que tratou do indeferimento do recurso impetrado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT contra o processo eleitoral do CES/PA, nos seguintes termos:

Aprovar pelo INDEFERIMENTO DO PRESENTE RECURSO impetrado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) por julgar que as razões apresentadas pela recorrente é intempestiva, pois as mesmas, já foram analisadas e indeferidas anteriormente pela Comissão Organizadora Eleitoral (COE) a qual julgou e indeferiu. Ademais, ressalta-se, que o recurso em questão deveria ser impetrado contra os atos ou irregularidades da Plenária Final, datado do dia 07 de fevereiro do corrente, o que a nosso ver NÃO HOUVE quaisquer irregularidades.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARIA EUNICE CARVALHO DE MORAES

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Homologo a Resolução CES/PA Nº 009 de 22 de setembro de 2020.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM EXERCÍCIO

Protocolo: 588285

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESP.A. CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ.

Resolução Nº 83, de 20 de agosto de 2020.*

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PA, em Reunião Ordinária de 18 de agosto de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Homologar as Resoluções CIB "Ad Referendum", abaixo discriminadas, que aprovam o quantitativo e habilitações de Leitos de Enfermaria, Leitos de Terapia Intensiva e Leitos de Suporte Ventilatório, sob gestão estadual e municipal, destinados ao Enfrentamento da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus – COVID 19, conforme descritos nos anexos das referidas Resoluções.

I – Resolução Nº 29, de 08 de abril de 2020;

II- Resolução Nº 31 de 27 de Abril de 2020;

III- Resolução Nº 36 de 04 de Maio de 2020;

IV - Resolução Nº 41, de 18 de maio de 2020;

V - Resolução Nº44 de 28 de maio de 2020;

VI - Resolução Nº 45, de 04 de Junho de 2020;

VII - Resolução Nº 46 de 04 de junho de 2020;

VIII - Resolução Nº 48, de 15 de Junho de 2020;

IX- Resolução Nº 49, de 16 de Junho de 2020;

X - Resolução Nº 54, de 25 de Junho de 2020;

XI - Resolução Nº 63, de 01 de Julho de 2020;

XII- Resolução Nº 45, de 15 de Julho de 2020;

XIII- Resolução Nº 48, de 15 de junho de 2020;

XIV- Resolução Nº 49 de 16 de Junho de 2020;

XV- Resolução Nº 54, de 25 de junho de 2020;

XVI- Resolução Nº 63 de 01 de Julho de 2020;

XVII- Resolução Nº 65, de 15 de julho de 2020.

XVIII - Resolução Nº 66, de 15 de Julho de 2020.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 20 de agosto de 2020.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

***Republicada por ter sido publicada com incorreções no Diário Oficial n.º 34.325 de 27/08/2020.**

Resolução Nº 93, de 02 de outubro de 2020.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando o Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8080/1990 e dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação interfederativa.

- Considerando a Portaria de Consolidação nº 5 que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, que em seu Capítulo V, trata sobre os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOS) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias – LRPD

- Considerando Portaria de Consolidação nº 6, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Resolução CIR Metropolitana Nº 010, de 02 de setembro de 2020, que aprova o Projeto do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Estadual, tipo III, localizado no município de Belém.

- Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde – CIB – SUS em reunião ordinária de 30 de Setembro de 2.020.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Implantação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Estadual, tipo III, localizado no município de Belém.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 02 de outubro de 2020.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

Resolução Nº 94, de 02 de outubro de 2020.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará – CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:

- Considerando a Portaria de Consolidação Nº 3, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Portaria de Consolidação Nº 6, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Portaria GM nº 2.218, de 21 de agosto de 2019, que redefina os procedimentos para execução do disposto no artigo 2º, do Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, que trata da Readequação da Rede Física do Sistema Único de Saúde, oriunda de investimentos realizados pelos entes federativos com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde.